



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

A4 GERAL

Correio de Sergipe • Aracaju
sexta-feira • 02 de outubro de 2015

Queda de ponte: MPE/SE quer condenação da Deso

Crea aponta a Companhia como responsável pela manutenção da Ponte de Pedra Branca

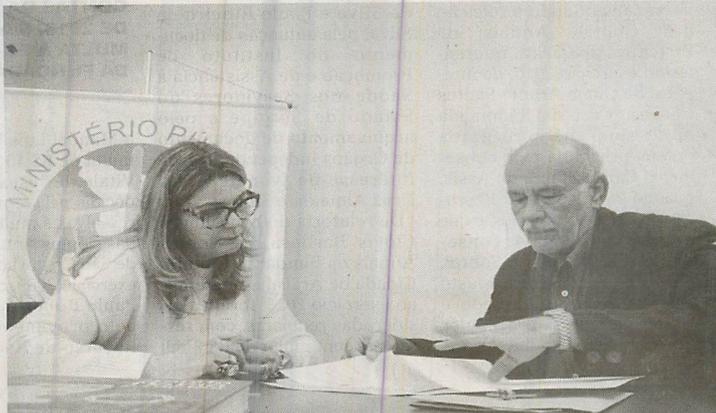
Karla Pinheiro

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe (Crea/SE) concluiu ontem, 01, o relatório sobre as condições da Ponte de Pedra Branca, no município de Laranjeiras, e aponta a Empresa de Saneamento de Sergipe (Deso) como a responsável pela conservação da ponte que ruiu em maio deste ano por falta de manutenção. O relatório foi entregue ao Ministério Público Estadual (MPE) que irá ratificar o pedido de responsabilização da Deso pelo incidente junto ao Poder Judiciário.

De acordo com o presidente do Crea, o relatório foi elaborado durante quatro meses e contou com o trabalho de oito técnicos. No relatório consta que a causa do desabamento foi a corrosão dos tirantes de ferro por cloreto, ou seja, ferrugem. Outra informação do levantamento é que nos 35 anos de atuação da adutora na ponte, apenas uma manutenção foi realizada há 20 anos, quando deveria acontecer a cada cinco anos.

"Em 1980 foi feito o cálculo de suporte que aponta a capacidade inicial da adutora e ficou comprovado que a ponte suportava a adutora. Em 1994 foi feita uma manutenção, provavelmente para que a outra adutora fosse instalada, na ponte passaram duas adutoras da Deso, até então nenhuma outra manutenção foi feita. O que faltou foi manutenção, não precisa ser especialista para visualizar a erosão da ponte. Mais cedo ou mais tarde ela ia cair por falta de manutenção", afirma Arício Resende.

A ponte de Pedra Branca pertence à



LINDIVALDO RIBEIRO/CS

Relatório sobre causas do desabamento da ponte em maio deste ano foi entregue ao Ministério Público Estadual

União, mas em 1980 foi cedida a Deso para a instalação da adutora e desde então a ponte deveria ser utilizada apenas para essa finalidade. "Nas tratativas que foram feitas através de ofício (1978), o Dnit autoriza a instalação das tubulações desde que fosse impedido o tráfego e que qualquer acidente que ocorresse pelo tráfego de veículos ou por falta de suporte seria de responsabilidade da Deso, o que deixa claro que é a responsável pela manutenção", ressalta.

• MPE

O relatório do Crea foi elaborado a pedido do MPE que entrou com uma ação na justiça pedindo dano coletivo no valor de R\$ 1 milhão, mas na época foi negado. "Esse documento ratifica o que o MPE já vinha apontando na ação que é a responsabilização da Deso pelos transtornos causados à população pelo desabastecimento durante uma semana. Houve prejuízo moral, pessoas que não entraram no rodízio, pessoas que beberam água de minadouro sem nenhum tratamento. O MPE e a Vigilância Sanitária não puderam controlar a qualidade da água distribuída em caminhões-pipas e a própria empresa esteve no MPE informando que os caminhões-pipas não atenderam a população toda, que a prioridade foi dada aos serviços essenciais", explica a promotora de justiça Euza Missano.

O Ministério Público anexou o relatório

ao processo pedindo ao judiciário a responsabilização da Deso pelo rompimento da adutora. O valor do dano moral será revertido para o fundo de defesa do consumidor de Aracaju para ser utilizado em prol da população. "Se conseguirmos o dano moral o valor será revertido para o fundo e cada consumidor que se sentiu lesado poderá entrar com ações na justiça de danos individuais, levar a prova de seus prejuízos, e agora não mais será julgada a responsabilidade, e sim o pagamento dos prejuízos", ressalta a promotora.

• Relembre

A queda da ponte de Pedra Branca em Laranjeiras aconteceu no dia 09 de maio, que causou o rompimento das duas Adutoras do São Francisco, deixando a população da capital e Grande Aracaju, cerca de 1 milhão de pessoas, sem água por uma semana.

• Deso

Em nota, a Deso informou que todos os requerimentos liminares do Ministério Público Estadual foram indeferidos pelo Poder Judiciário sergipano. Ressaltou que na ocasião do desabamento, tomou as medidas necessárias para regularizar o fornecimento de água na Região Metropolitana com a realização de obras emergenciais.

Quanto ao relatório do Crea/SE, a Companhia disse que só vai se manifestar quando tiver acesso a esse laudo.



NOS 35 ANOS DE FUNCIONAMENTO DAS ADUTORAS NA PONTE, APENAS UMA MANUTENÇÃO FOI FEITA, HÁ 20 ANOS